

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.556.935 - SP (2019/0236111-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : MARCIO ANDRADE OLIVEIRA
ADVOGADO : ISAIAS MENDES - SP251815
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. DEFICIÊNCIA NA DEFESA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O princípio da dialeticidade, conforme se extrai do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, aplicável por força do art. 3.º do Código de Processo Penal, impõe ao Recorrente o ônus de demonstrar o desacerto da decisão agravada, impugnando direta e especificamente todos os fundamentos nela lançados para obstar sua pretensão.

2. Nas razões do agravo em recurso especial, o Agravante não demonstrou o desacerto da decisão agravada. Ademais, não foi refutado, direta e especificamente, a impossibilidade de utilização de acórdãos proferidos em *habeas corpus* para a demonstração da divergência jurisprudencial.

3. É descabido o pedido de concessão de *habeas corpus* de ofício, já que este ocorre por iniciativa do próprio Órgão Julgador, não podendo ser utilizado como expediente para superar os vícios do recurso inadmitido. Ademais, não se constata, de plano, qualquer ilegalidade flagrante que pudesse autorizar a atuação *ex officio* desta Corte.

4. A simples discordância do atual Defensor com os pleitos deduzidos ou não pelo defensor anterior nas razões da apelação não caracteriza ausência/deficiência de defesa capaz de gerar nulidade processual

5. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora